

Algumas questões sobre a tradução dos tempos verbais

Teresa Oliveira

Escola Superior de Educação de Portalegre

1. Introdução

A presente proposta de trabalho surge no âmbito de um projecto de análise comparativa de traduções portuguesas de textos franceses¹. Foi utilizado o Editorial do jornal *Le Monde diplomatique*, da autoria de Ignacio Ramonet, na sua versão original, em língua francesa, e a sua tradução, na edição portuguesa do jornal. Para controle, utilizaram-se também as traduções em italiano, castelhano e português do Brasil (e em inglês, sempre que necessário). O *corpus* de trabalho é constituído pelos Editoriais de Janeiro a Maio de 2003. A escolha destes textos ficou a dever-se a dois factores principais: por um lado, as edições *online* do jornal, em diversas línguas, permitiram uma fácil colecção dos textos; por outro lado, tratando-se de textos não-literários, evitou-se o tratamento de questões estilísticas.

Pretende-se, nesta comunicação, analisar uma das questões levantadas pelo confronto dos textos, a saber, a tradução para o português de tempos verbais do francês. Partindo da descrição dos valores do condicional e do futuro, pretende-se explicar a sua diferente utilização nas duas línguas, como ocorre em enunciados como:

- (1a) L'ordre d'ouvrir le feu ne **devrait** plus tarder.
- (1b) A ordem para abrir fogo não **deverá** tardar.

- (2a) **Estará** doente?
- (2b) **Serait-il malade? / Est-il malade?**
- (2c) * **Sera-t-il malade?**

2. Tempos verbais, categorias, valores e operações

No quadro da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culoli, entendem-se os tempos verbais como marcadores de categorias (tempo, aspecto, modalidade).

¹ Estudo desenvolvido no âmbito de um sub-projecto do Grupo «Gramática e Enunciação», do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

dade), que desencadeiam valores na e pela enunciação. Cada valor caracteriza-se por um conjunto de propriedades (definidas em função de um determinado número de operações abstractas) que permite delinear uma invariância de funcionamento, deixando espaço para uma plasticidade que decorre da interacção com outros valores subjacentes aos enunciados.

O futuro e o condicional são tempos verbais com grandes afinidades, morfológicas e semânticas, e assumem ambos uma ambiguidade entre a expressão de valores temporais e de valores modais. As propriedades básicas destes tempos verbais (em francês como em português) derivam das operações de *ruptura*, de *mira* e de *translação*. O futuro introduz uma ruptura entre o momento de enunciação a partir do qual é visada (operação de mira) uma validação e a própria situação de validação visada. O condicional opera uma ruptura subjectiva, pela construção de um localizador-origem fictício (*translato*), do qual se visa uma relação predicativa (deste localizador fictício, são efectuadas miras fictícias).

A operação de mira corresponde à construção de um localizador distinto do localizador-origem, Sit_0 , a partir do qual se pode considerar a validabilidade de uma relação predicativa: “consiste em, a partir da situação de enunciação origem, visar, entre os valores da classe, aquele que permite validar a relação predicativa numa situação Sit_1 , definida pela coordenada temporal T_1 . Por definição, faz parte da operação de mira a construção de um hiato entre Sit_0 e Sit_1 ” (Campos, 1998: 104). Esse hiato pode corresponder a uma distância cronológica ou a uma distância não cronológica entre a situação de enunciação origem e a situação do acontecimento linguístico: no primeiro caso tem valor temporal, no segundo tem valor modal. A operação de mira, nas suas componentes temporal e modal, é subjacente ao condicional e ao futuro, e dela é marcador linguístico o morfema “-r-” (ver Campos, 1998: 105).

A operação de translação consiste na transposição do sistema de coordenadas enunciativas, marcada pela “construção de um localizador (ou sistemas de localizadores) a partir de um outro localizador: o localizador origem” (Sousa & Araújo, 2000: 563). A propriedade de translação do localizador é comum ao condicional e ao pretérito imperfeito, e a sua marcação linguística é feita pelas desinências, que são as mesmas para ambos os tempos, tanto em português como em francês (ver Lebaud, 1993: 163, n. 2, para o francês). Nos casos em que a translação do localizador tem origem numa operação de mira com carácter modal, o imperfeito tende, em português europeu (PE), a desempenhar a função antes atribuída ao condicional:

(3) Se viesses cá jantar, **fazia / faria** o teu prato preferido.

A ruptura é um dos valores que pode tomar a operação de localização e consiste numa não-localização ou dissociação entre parâmetros enunciativos. Este conceito é central no funcionamento do futuro e do condicional. A ruptura pode ser temporal, entre o momento de enunciação a partir do qual é visada uma validação (T_0 , no caso do futuro, outra coordenada temporal que lhe sirva de referência, no caso do condicional) e a própria situação de validação visada; mas também pode haver ruptura com o parâmetro sujeito da enunciação (S_0), o que permite a construção de um valor mediativo, que resulta na

desresponsabilização do enunciador, explorada, frequentemente, no texto jornalístico (ver Oliveira, 2001, Neves & Oliveira, 2003 e o texto de Janete Bessa Neves, nestas Actas):

- (4) Um ajuste de contas **terá estado** na origem do crime ocorrido na cadeia do Porto
 || Um recluso morreu ontem de manhã no Estabelecimento Prisional do Porto, cadeia de Custóias, após ter sido agredido por um outro preso. O crime foi perpetrado com o cabo afiado de uma colher e **terá ficado** a dever-se a um ajuste de contas, apurou o Correio da Manhã. (Sofia Rêgo, "Homicídio | Manhã violenta na prisão de Custóias – Esfaqueado com colher", *Correio da Manhã*, 02.06.02, secção "Portugal", p. 6)
- (5) Isto, apesar do que foi sendo sucessivamente divulgado por vários dos intervenientes no processo que sempre garantiram, em declarações à comunicação social, que o indivíduo em causa **teria confessado** a autoria do crime, tendo até, supostamente, alegado que tudo não **teria passado** de um engano. (...) O indivíduo tinha sido acusado de cortar deliberadamente o tubo de alimentação de um bebé — que **teria confundido** com um filho seu de que se **quereria** livrar — que se encontrava numa das incubadoras do Hospital de Angra do Heroísmo. (N. Mendes, "Uma Reviravolta Surpreendente", *Público*, 18.01.00)

Segundo Culoli ([1978] 1990: 150, tradução minha), com o condicional jornalístico, "constrói-se um localizador fictício, o que permite dissociar o enunciador do locutor (ou escritor). (...) Isto permite dizer sem assumir o que se diz". O futuro é usado quando se pretende a desresponsabilização das afirmações produzidas, sem, no entanto, as atribuir, necessariamente, a qualquer fonte identificável (ver Neves & Oliveira, 2003: 826).

Sistematizando, as operações subjacentes ao condicional são a mira, a translação e a ruptura; o futuro partilha as propriedades de mira e ruptura, mas não a de translação, pelo que a mudança do localizador subjectivo é marcada preferencialmente pelo condicional.

3. Análise de casos

No *corpus* de trabalho construído (ver, supra, Introdução), encontram-se algumas assimetrias na utilização do futuro e do condicional, em francês e em PE:

- (6a) L'ordre d'ouvrir le feu ne **devrait** plus tarder. (Ignacio Ramonet, "Avant-guerre", *Le Monde diplomatique*, fév. 2003)
- (6b) A ordem para abrir fogo não **deverá** tardar. (I. Ramonet, "Antes da guerra", *Le Monde diplomatique*, Fev. 2003)
- (7a) Cette stratégie apparaît comme une manifestation de la nouvelle arrogance impériale des Etats-Unis, comme une sorte de «caprice de puissant» dont les conséquences géopolitiques (en plus des milliers de victimes humaines) **pourraient** être désastreuses. (I. Ramonet, "Avant-guerre", *Le Monde diplomatique*, fév. 2003)

- (7b) Esta estratégia surge como uma manifestação da nova arrogância imperial dos Estados Unidos, como uma espécie de «capricho dos poderosos» cujas consequências geopolíticas (além dos milhares de vítimas humanas) **poderão** ser desastrosas. (I. Ramonet, “Antes da guerra”, *Le Monde diplomatique*, Fev. 2003)
- (8a) Le prochain pas **serait** le refus de l’arbitrage du Conseil de sécurité. (I. Ramonet, “De la guerre perpétuelle”, *Le Monde diplomatique*, mars 2003)
- (8b) O passo seguinte **será** talvez a recusa da arbitragem exercida pelo Conselho de Segurança. (I. Ramonet, “A era da guerra perpétua”, *Le Monde diplomatique*, Mar. 2003)
- (9a) L’esquisse d’un nouveau monde ainsi se dessine. Dans lequel un second pôle de pouvoir **pourrait** être constitué soit par l’Union européenne si elle sait se rassembler, soit par une alliance inédite Paris- Berlin-Moscou, ou encore par d’autres configurations variables (Brésil - Afrique du Sud - Inde - Mexique). (I. Ramonet, “De la guerre perpétuelle”, *Le Monde diplomatique*, mars 2003)
- (9b) O esboço de um novo mundo bipolar está a ser feito. Nele, o segundo pólo **poderá** ser constituído, ou pela União Europeia, se esta souber congregar-se, ou por uma aliança inédita: Paris-Berlim-Moscovo. (I. Ramonet, “A era da guerra perpétua”, *Le Monde diplomatique*, Mar. 2003)
- (10a) «Il n’y a aucune base juridique possible à une telle intervention, déclare cette commission; en l’absence d’une autorisation du Conseil de sécurité, aucun Etat ne **saurait** recourir à la force contre un autre Etat, sauf en cas de légitime défense, en réponse à une attaque armée.» (I. Ramonet, “Illégale agression”, *Le Monde diplomatique*, avril 2003)
- (10b) «Uma tal intervenção não tem qualquer base jurídica possível», declara a Comissão de Genebra; «não havendo uma autorização do Conselho de Segurança, nenhum Estado **poderá** recorrer à força contra outro Estado, excepto em caso de legítima defesa, em resposta a um ataque armado». (I. Ramonet, “Illegal aggression”, *Le Monde diplomatique*, Abr. 2003)
- (11a) Quant au prétexte, également invoqué par Washington, d’instaurer une démocratie en Irak, il ne **saurait** non plus être considéré comme une justification légale de l’agression. (I. Ramonet, “Illégale agression”, *Le Monde diplomatique*, avril 2003)
- (11b) Quanto ao pretexto, igualmente invocado por Washington, de instaurar uma democracia no Iraque, tão-pouco **pode** ser considerado uma justificação legal da agressão. (I. Ramonet, “Illegal aggression”, *Le Monde diplomatique*, Abr. 2003)
- (12a) Certes, le général Garner a laissé entendre que cette occupation ne **serait** pas éternelle (I. Ramonet, “Néo-impérialisme”, *Le Monde diplomatique*, mai 2003)
- (12b) O general Garner, é claro, deu a entender que esta ocupação não **será** eterna (I. Ramonet, “Neo-imperialismo”, *Le Monde diplomatique*, Maio 2003)

Antes de mais, constata-se, a uma primeira observação, que os verbos em causa são ou o verbo *être* (*ser*), ou verbos modais, como *pouvoir* (*poder*), *devoir* (*dever*) e *savoir* (traduzido, em PE, por *poder*). Talvez não seja totalmente alheia a este facto a constatação de que a tradução do *conditionnel*, sempre que estavam em causa valores hipotéticos claros ou de futuro do pretérito, era feita pelo condicional.

Parece, então, lícito levantar a hipótese de que os enunciados transcritos terão de ser analisados numa perspectiva transcategorial, temporo-modal.

Em (6a), a forma *devrait* tem um valor modal epistémico de predição (ver Campos, 1998: 153-156), ou seja, é um juízo sobre a validação da relação predicativa num T₁, posterior a T₀, que resulta de uma inferência do enunciador, a partir do seu conhecimento directo, expresso no contexto linguístico anterior: «*Tudo indica que a guerra dos Estados Unidos e alguns dos seus vassalos contra o Iraque irá mesmo ocorrer. Por terra, no mar e no ar, a tremenda maquinaria bélica já está completa e a logística pronta. As câmaras de televisão do mundo inteiro também já lá estão*»².

Em (7a) e em (9a), *pourraient / pourrait* assume um valor modal igualmente epistémico, que Campos designa por valor de não exclusão (1998: 261), glosável por “é possível que”, “não está excluído que”. O modal *pouvoir* “é marcador de uma operação enunciativa de localização, no espaço referencial construído na e pela enunciação, de uma relação predicativa <p>, saturada e estabilizada nas suas relações internas” (Campos, 1998: 261-262). Tal como no caso anterior, com *devoir*, o raciocínio do enunciador conduz à inferência da possibilidade que sustenta.

Já o verbo *savoir*, em (10a) e (11a), tem valor deôntico de possibilidade / permissão, que, negado, equivale a uma interdição. Em PE, o tradutor optou pelo verbo *poder*, para construir esse mesmo valor.

Em (8 a), *serait* enuncia uma hipótese, reforçada em PE pelo advérbio *talvez*.

Em (12 a), temos um caso de condicional com valor mediático, em que o enunciador se distancia das afirmações do locutor, no caso, o General Garner.

Até aqui, a análise dos casos parece perfeitamente congruente. Como explicar, então, que, em PE, seja necessário recorrer a outros tempos verbais, para não correr o risco de má-formação dos enunciados ou até de completa alteração do seu sentido?

É curioso verificar como a tradução para duas outras línguas românicas, o espanhol e o italiano, revelou também oscilações no uso destes dois tempos verbais (o condicional e o futuro).

Em relação a (6), tanto o espanhol como o italiano mantêm o condicional («*La orden de abrir el fuego no se debería demorar*», «*L'ordine di aprire il fuoco non dovrebbe tardare*»), enquanto em PE, PB («*A ordem de abrir fogo não deverá tardar*») e mesmo em

² «*Tout indique désormais que la guerre des Etats-Unis et de quelques-uns de leurs vassaux contre l'Irak aura bien lieu. Sur terre, sur mer et dans l'air, la formidable machinerie militaire est maintenant au complet et la logistique fin prête. Les caméras des télévisions du monde sont aussi sur place*».

inglês («*the order to begin hostilities will not be delayed long*») se enfatiza a reação de posterioridade.

Já o enunciado (7) permite uma maior oscilação, na medida em que pode ser interpretado como uma hipótese. Assim, o uso do condicional é mais consensual nas restantes línguas: (ES) «*podrían ser desastrosas*», (IT) «*potrebbero essere disastrose*», (ING) «*could turn out to be disastrous*», e mesmo em PB: «*poderiam ser desastrosas*».

O mesmo se aplica a (9): (ES) «*podría estar constituido*», (IT) «*potrebbe essere costituito*», (PB) «*poderia ser constituído*», (ING) «*could either be*».

Em (10), todas as restantes línguas consideradas traduzem a permissão / interdição pelo recurso a um auxiliar modal equivalente a *poder*, geralmente no presente do indicativo: (ES) «*ningún Estado puede recurrir a la fuerza contra otro Estado*», (IT) «*nessuno stato può ricorrere alla forza contro un altro stato*», (PB) «*nenhum Estado pode recorrer ao uso da força contra outro Estado*», (ING) «*no state may have recourse to force against another state*».

O mesmo sucede com (11): (ES) «*tampoco puede considerarse como una justificación legal de la agresión*», (IT) «*nemmeno (...) può essere considerato una giustificazione legale dell'aggressione*», (PB) «*também não pode ser considerado uma justificativa legal para a agressão*» (o inglês recorre, neste caso, a uma paráfrase diferente: «*this has no status as a legal justification for aggression*»).

A hipótese levantada em (8) justifica o consenso na utilização de estruturas de tipo condicional: (ES) «*El próximo paso sería la negativa del arbitraje del Consejo de seguridad*», (IT) «*Il prossimo passo rischia di essere quello del rifiuto dell'arbitrato del Consiglio di sicurezza*», (PB) «*O próximo passo seria a recusa em aceitar a arbitragem do Conselho de Segurança*», (ING) «*Their next step could be to reject the authority of the Security Council*».

Quanto a (12), assiste-se a uma oscilação entre um valor mediático (redundante no condicional, porque expresso pela estrutura introdutória do discurso indirecto) e um valor temporal de posterioridade: (ES) «*esta ocupación no sería eterna*», (IT) «*quest'occupazione non sarà eterna*», (ING) «*this occupation will not be for ever*»³.

Questões que se levantam: se, em grande parte dos casos, devido a factores como oscilações na interpretação permitidas pelos enunciados e/ou condicionantes do uso dos tempos em cada uma das línguas em contraste, assistimos a assimetrias na tradução do *conditionnel*, casos há em que, no português (PE e PB) o condicional privilegiaria uma interpretação muito diferente da pretendida. Por exemplo, em (6), o condicional levaria, em português, a uma leitura hipotética, muito diferente da de predição.

Segundo Campos (1998: 239, citando Huot, 1974), “em francês, os modais *devoir* e *pouvoir* só se combinam com a forma em -r- do futuro gramatical quando têm valor não epistémico”. A ocorrência destes verbos no futuro “permite reconhecer que se trata de um valor não epistémico” (*ibid.*). Assim, os valores epistémicos restringem-se exclusivamente

³ Não foi possível confrontar a tradução brasileira, devido ao facto de esta edição não ter sido facultada *online*.

ao condicional, o que não sucede em português. Em português, os valores modais distribuem-se de forma mais ou menos equitativa pelos dois verbos, *dever* e *poder*, que assim podem adquirir *nuances* de sentido próprias:

- (6b) A ordem para abrir fogo não **deverá** tardar.
- (6c) #A ordem para abrir fogo não **deveria** tardar.⁴

O contraste destes enunciados mostra claramente a diferença entre uma formulação preditiva e uma formulação hipotética.

A assimetria na utilização dos tempos verbais em diferentes línguas (mesmo em línguas de uma mesma família) prende-se com o facto de que, apesar de desencadearem valores semelhantes, cada tempo verbal foi adquirindo, com a evolução de cada uma das línguas, por um lado, e com as relações que foi estabelecendo dentro de cada sistema verbal, por outro, alguns valores que lhe são próprios e exclusivos. Assim, é possível, numa língua, um tempo verbal perder ou ganhar um determinado valor que, noutra língua, está associado a um tempo diferente.

Referências

- Campos, Maria Henrique Costa (1998) *DEVER e PODER. Um subsistema modal do Português*. Lisboa: FCG/JNICT.
- Culioli, Antoine. ([1978] 1990) Valeurs modales et opérations énonciatives. In *Pour une linguistique de l'énonciation I: Opérations et représentations*. Paris: Ophrys, pp. 135-155.
- Lebaud, Daniel (1993) L'imparfait: indétermination aspectuo-temporelle et changement de repère. *Le gré des langues* 5, pp. 160-176.
- Neves, Janete Bessa & Teresa Oliveira (2003) Estratégias linguísticas de distanciamento no jornalismo: as construções mediatizadas. In Miyares, L. Ruiz, C.E. Álvarez Moreno & M.R. Álvarez Silva (eds.) *Actas del VIII Simposio Internacional de Comunicación Social (Santiago de Cuba, 2003)*. Santiago de Cuba: Centro de Lingüística Aplicada, vol. II, pp. 823-827.
- Oliveira, Teresa (2001) O futuro e o condicional como marcadores de mediático. In Correia, C.N. & A. Gonçalves (eds.) *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 2000)*. Lisboa: APL/Colibri, pp. 403-414.
- Sousa, Otília Costa & Sílvia Araújo (2000) Imperfeito português e condicional francês: valores modais. In Castro, R.V. & P. Barbosa (eds.) *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Faro, 1999)*. Braga: APL, vol. II, pp. 559-573.

⁴ Neste caso, devido ao contexto linguístico (ver nota 2), o uso do condicional torna-se estranho, porque, por um lado, não admite uma leitura de futuro do pretérito e, por outro lado, os indícios são demasiado fortes para permitirem a construção de uma hipótese pouco provável.

Bibliografia passiva

Le Monde diplomatique – Edição Portuguesa. Publicação mensal. Lisboa: Campo da Comunicação.

Le Monde diplomatique, edições online:

França: <http://www.monde-diplomatique.fr/>

Itália: <http://www.ilmanifesto.it/MondeDiplo/index1.html>

Espanha: <http://www.monde-diplomatique.es/>

Brasil: <http://www.diplo.com.br/>

Língua inglesa: <http://mondediplo.com/>